

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.657 - RJ (2020/0034677-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : TOP SOLUTION HAIR TRATAMENTO DE BELEZA CAPILAR LTDA
ADVOGADO : LUCIMERE LOMBA FARIAS - RJ057748
AGRAVADO : ALZEMAR PEREIRA
ADVOGADO : LAFAYETTE MARCOS LUIZ DA CUNHA FILHO - RJ095694

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por TOP SOLUTION HAIR TRATAMENTO DE BELEZA CAPILAR LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL CONSUMIDOR FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVER DE CUIDADO IMPLANTE CAPILAR BOA-FÉ OBJETIVA PROVAS ACOSTADAS AOS AUTOS DEPOIMENTO PESSOAL DANOS MORAIS E MATERIAIS VIOLAÇÃO DO ART 6º III CDC

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 186 e 884 do CC, trazendo os seguintes argumentos:

A Recorrida ajuizou ação de reparação de danos materiais e morais, sob o fundamento de falha na prestação de serviços, consubstanciada nos danos causados ao couro cabeludo após o procedimento de prótese capilar.

[...]

Impende asseverar o objetivo do recurso se enquadra nas exceções de interferência desta Corte. É que, como afirmado, a condenação imposta, à guisa de danos materiais e danos morais, definido no tribunal turmário, constitui verdadeiro enriquecimento sem causa. É, NA VERDADE, VIOLAÇÃO DO DIREITO FEDERAL, À PAUTA DE CONDUTA, QUE CONSISTE NÃO NECESSARIMENTE NO QUE LITERALMENTE DIZ A LEI, MAS NA NORMA QUE RESULTA DA INTERPRETAÇÃO DA LEI. (fls. 265).

[...] (fls. 265).

A NORMA É CLARA: O NEXO CAUSAL QUE É VINCULAÇÃO ENTRE DETERMINADA AÇÃO OU OMISSÃO E O DANO EXPERIMENTADO

[...]

Levando em consideração a situação fática apresentada, a inexistência de NEXO CAUSAL Por tudo isso, merece, ser conhecido este recurso especial pela alínea a, do Texto Maior.

[...]

a) seja conhecido e provido o presente Recurso Especial, em sua totalidade e seja totalmente reformada a decisão da 26ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que julgou manifestamente contra dispositivo de lei federal, especificamente aos artigos 186 e 884, ambos do Código Civil. Em decorrência, determinando-se a NULIDADE do acórdão por falta de fundamentação, não apreciação de todos os argumentos e erro na valoração das provas, por isso, nova decisão, para manter a sentença de primeiro grau, condenando o recorrido na verba sucumbencial.

b) Subsidiariamente, ad cautelam, se V.Exas, assim não entenderem, requer seja provido o presente, para reduzir o exorbitante valor da condenação dos danos morais e excluir a multa aplicada, pelas razões acima fundamentadas (fls. 267).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, I, do CPC.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de

13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ademais, ainda que se ultrapasse o óbice anterior, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

É incontroverso o dano suportado pelo recorrente. Não se mostra razoável dizer que o caso suporta mero aborrecimento. Trata-se de uma pessoa que, comprovadamente, sofreu com alergia e ardências no couro cabeludo precisando tomar antibióticos e corticoide durante 10 dias.

O dever do fornecedor não se extingue com a execução do serviço.

O fornecedor do serviço deve agir com diligência, prestando todo suporte necessário para dirimir danos concomitantes e posteriores ao serviço.

[...]

Logo, é evidente a ocorrência do dano material, pelo dispêndio com o produto que causou alergia no autor, ora recorrente, e que por isso não cumpriu sua função precípua.

[...]

No presente caso, a lesão à dignidade do autor está caracterizada, já que a contratação do serviço, além de frustrar a legítima expectativa da parte autora quanto a realização do procedimento, causou-lhe 10 dias de tratamento médico e coceiras no couro cabeludo.

[...]

Por todos os motivos, considerando as circunstâncias do fato e o princípio da razoabilidade, visando evitar que o causador do dano repita a conduta reprovável, fixo a quantia no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) para fins de indenização por danos morais (fls. 230/233).

Assim, incide ainda o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino,

Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Do mesmo modo, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente